



RELATÓRIO ESPECIAL

Como será o ano eleitoral da América Latina em 2016?

Madrid, fevereiro 2016

d+i desenvolvendo
ideias

LLORENTE & CUENCA



1. INTRODUÇÃO
2. A AMÉRICA LATINA ESTÁ VIVENDO UMA MUDANÇA DE CICLO POLÍTICO?
3. ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS EM 2016
4. CONCLUSÕES

I. INTRODUÇÃO

A América Latina viverá um ano eleitoral em 2016 muito menos intenso que o de 2014 e 2015 embora também bastante significativo e com uma grande carga política. Se em 2014 se realizaram sete eleições presidenciais, em 2015 foram realizadas apenas duas e em 2016 terão lugar três: no Peru, na República Dominicana e no Nicarágua. Além disso, o Brasil e o Chile vão viver as eleições municipais, a Venezuela também realizará as eleições dos seus governadores assim como 12 estados do México e ainda um referendo com o qual se espera decidir se Evo Morales pode ou não ser reeleito na Bolívia.

Se a mudança político-eleitoral marcou as eleições na Argentina e na Guatemala em 2015, neste ano de 2016 prevê-se a continuidade dos oficialismos: pelo menos nas eleições na República Dominicana, onde o atual presidente, Danilo Medina, é o favorito da maioria para ganhar as presidenciais. Também parece que a continuidade prevalecerá na Nicarágua onde o Canal Interoceânico, a estabilidade econômica, os investimentos chineses e o aparato político sandinista manejado por Daniel Ortega colocam o atual mandatário (na presidência desde 2007) como o grande favorito para permanecer no poder.

O Peru é o único país onde estão previstas algumas mudanças, na medida em que o oficialismo nem sequer tem possibilidades de entrar no segundo turno e os favoritos para ganhar as eleições são os opositores Keiko Fujimori e Pedro Pablo Kuczynski. Na realidade, no caso do país andino, seria necessário mencionar que o que a mudança expressa é continuidade, pois, desde a queda de Alberto Fujimori em 2000, nenhum oficialismo conseguiu ser reeleito. E essa dinâmica de não continuidade parece que pode voltar a ocorrer em 2016, como podemos observar na Figura 1.

Figura 1. Partidos Mandatários no Governo do Peru

Presidente	Partido
Alejandro Toledo (2001-2006)	Perú Possível
Alan García (2006-2011)	Partido Aprista Peruano APRA
Ollanta Humala (2011-2016)	Partido Nacionalista
Candidatos preferidos para entrar na segunda volta	Keiko Fujimori –Força Popular, "Fujimorista"– Pedro Pablo Kuczynski –Peruanos por el Kambio (PPK) - (Peruanos pela Mudança) César Acuña –Aliança Para o Progreso (APP)– Alan García (APRA)

Fonte: elaboração própria

“2015 foi certamente um ano de mudanças”

Nas seguintes páginas, primeiro vamos estudar o momento político –heterogêneo e de transição– vivido na região latino-americana em geral; e posteriormente analisaremos os processos eleitorais dos três países que vão viver eleições presidenciais em 2016 (Peru, República Dominicana e Nicarágua) e finalmente o que celebra (Bolívia) uma consulta (referendo) com um claro conteúdo plebiscitário.

2. A AMÉRICA LATINA ESTÁ VIVENDO UMA MUDANÇA DE CICLO POLÍTICO?

A ideia que começou a espalhar-se após as eleições de 2014 e, em especial, com as eleições de 2015, é a de que na América Latina estamos assistindo a uma mudança de ciclo e que a região pode estar experimentando uma nova virada –esta vez para a direita após o ocorrido há dois lustros, “a virada para a esquerda”–. No entanto, esta tese não é completamente comparável à realidade: 2015 situa-se, dentro da escala regional latino-americana, como uma ilha de mudança no meio do oceano de continuidade encarnado pelo ano 2014 e que também será parcialmente evidenciado em 2016.

Em 2014 houve eleições presidenciais em sete países: Brasil, Bolívia, Colômbia, El Salvador, Uruguai, Panamá e Costa Rica. A oposição apenas conseguiu a vitória no caso da Costa Rica, com Luis Guillermo Solís, e no caso do Panamá com Juan

Carlos Varela. Isto não aconteceu no Brasil, que ratificou a continuidade do Partido dos Trabalhadores (PT) e Dilma Rousseff; no Uruguai, que fez o que devia com a Frente Ampla, de Tabaré Vázquez; em El Salvador da Frente Farabundo Martí' para a Libertação Nacional (FMLN) de Salvador Sánchez Cerén, e na Colômbia, país que apoiou a continuidade de Juan Manuel Santos.

2015 foi certamente um ano de “mudanças”: trouxe as vitórias opositoras de Mauricio Macri na Argentina, de Jimmy Morales na Guatemala e da Mesa de Unidade Democrática nas legislativas da Venezuela. Mas em 2016 a continuidade (República Dominicana e Nicarágua) vai prevalecer relativamente à mudança (Peru).

Na verdade, mais que uma virada uniforme, o que estamos observando atualmente na América Latina é a combinação de dois elementos. Uma de caráter homogêneo e alcance regional: os efeitos de um cenário comum que afeta praticamente todos os países –problemas econômicos e mal-estar social–. O outro elemento é mais heterogêneo por nele estarem presentes as marcadas diferenças e várias dinâmicas político-eleitorais internas que cada país está atravessando.

Estamos percebendo numa escala global (regional) como a política está sendo afetada pelo abrandamento econômico e pelo aumento

“esses últimos resultados, tanto os de 2014 como os de 2015, evidenciavam que o ciclo político inaugurado no início da década passada estaria entrando na reta final, ou talvez numa nova etapa”

do mal-estar social para com o sistema de partidos. Também para com alguns Estados ineficientes que não canalizam nem proporcionam uma solução adequada às demandas cidadãos no que diz respeito à prestação de alguns serviços públicos de qualidade e garantia da transparência na luta contra a corrupção.

Essa é uma realidade comum a todos os países, mas quando centramos a lupa de análise nas circunstâncias concretas de cada um deles, observamos que as dinâmicas são realmente muito heterogêneas, com países onde predomina a continuidade e países que se inclinam para a mudança política. Apesar de as eleições latino-americanas em 2014 terem aparentemente proporcionado sinais de continuidade, especialmente na América do Sul –os oficialismos ganharam cinco das sete eleições e houve dois presidentes reeleitos– também lançaram sinais que indicavam que esses últimos resultados, tanto os de 2014 como os de 2015, evidenciavam que o ciclo político inaugurado no início da década passada estaria entrando na reta final, ou talvez numa nova etapa.

Em 2014, esses sinais eram e continuaram a ser em 2015, a existência de um desgaste cada vez mais acentuado dos oficialismos incrementados pela transformação social e geracional, fenômenos aos quais ainda não se pode dar

resposta por ainda estarem no meio de uma mudança de contexto econômico:

O DESGASTE DOS OFICIALISMOS

Os oficialismos sofreram dificuldades para ganhar em 2014 e foram finalmente derrotados em 2015. Em primeiro lugar, vários dos triunfos oficialistas registrados em 2014 –sobretudo em El Salvador, Colômbia e Brasil e, até certo ponto, no Uruguai– foram muito renhidos, estando em evidência até o último dia de votação. E em 2015 essa dinâmica foi muito mais marcada porque os oficialismos foram derrotados em quatro das cinco eleições celebradas: nas presidenciais de Guatemala e Argentina e nas legislativas de El Salvador e Venezuela. Só o Partido Revolucionário Institucional (PRI) foi o vencedor nas legislativas mexicanas.

Essa maior competitividade nas eleições e dificuldade dos oficialismos para ganhar as eleições começou em 2014: em El Salvador, Salvador Sánchez Cerén alcançou a presidência com apenas 6 mil votos a mais que seu opositor. O candidato da Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN) chegou a 50,11%, enquanto seu rival da Aliança Republicana Nacionalista (ARENA), Norman Quijano, obteve 49,89%, uma diferença de 0,22 pontos.

“Já em 2014 a maioria dos oficialismos estava dando sinais incipientes de debilidade”

Em 2014 na Colômbia, Juan Manuel Santos não foi o mais votado no primeiro turno, superado pelo uribista Óscar Iván Zuluaga. O santismo impôs-se na goleada com apenas cinco pontos após um grande esforço de mobilização do voto, especialmente na Costa do Atlântico e do Pacífico.

No Brasil, Dilma Rousseff teve que lutar no primeiro e segundo turno com pesquisas, algumas vezes, muito adversas, e sua vitória final foi a mais estreita desde a vitória do PT em 2002. Nesse ano, Lula da Silva conseguiu uma vantagem de mais de 22 pontos acima de José Serra e de mais de 21 com Geraldo Alckmin em 2006. Até Dilma Rousseff em 2010 conseguiu impor-se a Serra com mais de 12 pontos.

Houve algumas exceções, como na Bolívia, onde Evo Morales conseguiu uma vantagem de 35 pontos em comparação com seu oponente Samuel Doria; e na Costa Rica, onde o oficialista Johnny Araya desistiu de competir no segundo turno, ou no Uruguai. Mas já em 2014 a maioria dos oficialismos estava dando sinais incipientes de debilidade e a oposição estava cada vez mais perto de uma possível vitória. Como assinalou Daniel Zovatto, diretor regional para América Latina e Caribe da IDEA Internacional, “é cada vez mais evidente que os oficialismos têm cada vez mais dificuldade em ganhar as eleições com comodidade (ocorreu em El Salvador, na Colômbia e voltou a acontecer no Brasil). Mas também é verdade que tampouco tem sido fácil para a oposição derrotar os oficialismos (fracassaram este ano em El Salvador, Colômbia, Bolívia, Brasil e provavelmente também no Uruguai). Os eleitores parecem estar optando não tanto pela mudança, entendida como alternância, mas sim pela mudança na continuidade, reelegendo os oficialismos embora enviem ao mesmo tempo uma mensagem de insatisfação perante a situação atual”.

Isto foi assim em 2014, e a dinâmica foi muito mais marcada em 2015 com o kirchnerismo, que perdeu a presidência na Argentina, e o chavismo já não tem o controle da parte legislativa. A oposição em ambos os países conseguiu aglutinar os votos dispersos não oficialistas e acabar, num caso, com 12 anos de hegemonia kirchnerista e no outro com 15 de predomínio e maiorias absolutas chavistas na Assembleia Nacional.

MUDANÇAS GERACIONAL E SOCIAL

Em segundo lugar, como assinala o catedrático da Universidade de Salamanca, Manuel Alcántara, os oficialismos estão começando a sofrer um processo de desgaste, sobretudo porque as novas gerações, que por sua vez não viram outro partido no poder a não ser o lulismo no Brasil e o kirchnerismo na Argentina desde 2003

“Os oficialismos estão demonstrando que têm problemas sérios para canalizar as expectativas das classes médias emergentes”

o chavismo na Venezuela desde 1999, o correísmo desde 2007 ou Evo Morales desde 2006, não se identificam com eles. Alguns governos, além disso, não canalizam completamente as exigências destes setores: “Os ciclos políticos, em circunstâncias normais, duram entre 12 e 15 anos –aponta Alcántara–. Os ciclos políticos são biológicos ou de biopolítica, vinculada com a chegada à maioria de idade eleitoral das novas gerações”.

E não só têm uma relação pior com as novas gerações de eleitores que se vão incorporando como também estão demonstrando que têm problemas sérios para canalizar as expectativas das classes médias emergentes, que são heterogêneas. Setores que nasceram com o calor do auge econômico da última década e também graças às políticas públicas implantadas durante a bonança econômica. No entanto, essas mesmas classes médias possuem a sua própria agenda (melhores serviços públicos: educação, transportes, segurança), à qual os oficialismos não souberam dar uma resposta adequada quando a região estava vivendo em pleno auge. E tudo indica que tampouco vão poder fazê-lo agora que o vento deixou de soprar a favor.

Estes são os tipos de situações que se podem encontrar atrás do voto em Mauricio Macri na Argentina, em Jimmy Morales na Guatemala e na oposição antichavista na Venezuela.

O voto urbano, de classe média e jovem, ter-se-ia inclinado por essas opções de maneira muito clara. Uma reportagem no diário *El País* (“Os jovens da classe média emergente que votam na mudança”) refletia este fato: Alexandre Roig, sociólogo, investigador de campo e professor de uma das universidades que mais cresceram em 12 anos de kirchnerismo, a de San Martín, opina que “grande parte dos eleitores que têm menos de 30 anos” não viveram a experiência neoliberal da Argentina de 1989 a 2001, com uma alta taxa de desemprego e crise e isso permite sua “abertura para um governo de direita como o de Macri”, que não assume essa identificação e se qualifica como “progressista”, nem conservador nem liberal.

Da mesma maneira, a grande mobilização contra Otto Pérez Molina na Guatemala foi liderada pelas classes médias urbanas da Cidade da Guatemala, que impulsionaram um outsider como Jimmy Morales, da mesma forma que as classes médias apoiaram o avanço da Mesa da Unidade Democrática nas legislativas da Venezuela.

O FIM DO VENTO EM POPA

Em terceiro lugar, os vários oficialismos viveram desde 2013 sem o vento em popa econômico muito favorável que existiu desde que em 2003 se iniciou a Década Dourada, um período baseado num modelo de exportação de matérias-primas a preços muito elevados.

“Outro dos sintomas dessa mudança de ciclo também é o incremento da falta de popularidade presidencial que afeta neste momento muitos dos presidentes latino-americanos”

“O bom momento econômico vivido pelos países sul-americanos durante a última década –hoje em franca desaceleração–, o aumento dos níveis de consumo e emprego, a forte intervenção do Estado e as políticas sociais ativas com marcado acento clientelista em muitos casos –que deram origem à saída da pobreza de milhões de pessoas– são alguns dos fatores principais que explicam a tendência de continuidade dos oficialismos”, aponta Daniel Zovatto.

Isso explica os quatro mandatos seguidos do Partido dos Trabalhadores no Brasil desde 2002, os três mandatos contínuos da esquerdista 'Frente Ampla' no Uruguai, os 12 anos do kirchnerismo na Argentina, as três eleições de Evo Morales na Bolívia e as de Correa no Equador ou os 17 anos ininterruptos do chavismo na Venezuela, a década no poder de Daniel Ortega na Nicarágua ou a hegemonia do Partido da Liberação Dominicana (PLD) na República Dominicana desde 2004.

Esse modelo e a bonança que implicava chegaram ao fim com a desaceleração da China e com o aumento das taxas de juros nos EUA. Uma economia desacelerada, ou inclusive imersa numa crise – Venezuela, Brasil e Argentina– que já começa a ser um lastro para os vários governos que estão perdendo margens de ação para continuar a incrementar –e inclusive apenas para man-

ter– a despesa social atual e o investimento em capital humano e físico. Andrés Malamud, professor da Universidade de Lisboa, assinala que “num artigo intitulado Mérito ou sorte, Campello e Zucco identificaram os determinantes do voto na América Latina e chegaram a uma conclusão: os eleitores recompensam ou castigam seus presidentes por causas alheias à gestão. O estudo revela que é possível prever a reeleição do presidente ou de seu partido sem apelar a fatores domésticos: basta considerar o preço dos recursos naturais –ler valor das exportações– e da taxa de juro dos Estados Unidos –ler valor do crédito e da dúvida–. Em jargão acadêmico: it's the economy, stupid!”.

Portanto, essa mudança de ciclo econômico que a América Latina está vivendo lança a região numa época muito mais instável e volátil do ponto de vista de todos os âmbitos e não só do ponto de vista econômico.

Outro dos sintomas dessa mudança de ciclo também é o incremento da falta de popularidade presidencial que afeta neste momento muitos dos presidentes latino-americanos. Casos como os de Dilma Rousseff com popularidades de um único dígito (9%), Michelle Bachelet, que apenas roça 25% ou Tabaré Vázquez –o presidente uruguaio deixou o primeiro mandato com uma popularidade superior a 70%, embora a aprovação de sua

gestão durante estes nove meses tenha caído a pique, de 78% a 36%— são uma boa amostra desta situação.

3. ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS EM 2016

Neste contexto de mal-estar social e de fim do vento de popa, vão ser celebradas três eleições presidenciais em 2016 na América Latina que vão nos servir como bom termômetro

para medir e comprovar algumas das afirmações realizadas até o momento sobre a conjuntura política que a região está atravessando.

ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS EM PERU (ABRIL)

O país andino abre o período de eleições presidenciais de 2016 na América Latina no domingo 10 de abril para eleger o presidente da República, vice-presidente e congressistas. Se for necessário realizar um segundo turno, este teria de ser levado a cabo nos 30 dias seguintes à proclamação das contagens oficiais, que normalmente ocorrem entre finais de maio e a primeira quinzena de junho.

Nestas eleições persiste a grande dúvida sobre quem acompanhará Keiko Fujimori no segundo turno. A líder do fujimorismo destaca-se nas pesquisas com mais de 30% de intenção de voto. Por enquanto, a luta está, como tal, centrada em quem ocupará o segundo lugar. Poderia ser o ex-primeiro-ministro Pedro Pablo Kuczynski, o segundo com mais apoio, embora, nos últimos meses, esteja vendo como se aproxima a figura ascendente de César Acuña. Longe deles, está o ex-presidente Alan García (1985-1990 e 2006-2011), como se pode observar na Figura 3.

Figura 2. Panorama eleitoral na América Latina para 2016

País	Eleições presidenciais
Peru	1º turno (abril) 2º turno (maio/junho)
República Dominicana	1º turno (15 de maio) 2º turno (26 de junho)
Nicarágua	6 de Novembro

Fonte: elaboração própria

Figura 3. Intenção de voto nas presidenciais do Peru

▲ Supongamos que mañana se realizan los comicios para elegir al próximo presidente de la República. Dígame, ¿por cuál de los siguientes posibles candidatos votaría para elegir al presidente de la República?

CANDIDATOS	Total %	Región				
		Lima	Norte	Centro	Sur	Oriente
Keiko Fujimori	35	35	44	26	29	37
Pedro Pablo Kuczynski	19	23	7	24	26	14
César Acuña	9	6	18	9	3	12
Alan García	7	9	7	4	6	3
Alejandro Toledo	5	4	3	6	5	7
Verónica Mendoza	1	2	-	2	2	-
Humberto Lay	1	2	1	-	1	1
Otras personas *	2	3	1	1	2	1
Ninguno, blanco, viciado	13	9	13	12	17	18
Ns/nc	8	7	6	16	9	7

* Julio Guzmán y Hernando Guerra García (con 0.3%), Antero Flores-Araoz, Milton Von Hesse, Raúl Castro, Sergio Tejada y Vladimir Cerrón (con 0.2%), Oscar Valdés (0.1%)

Fonte: Peru 21

“Esta situação é a que levou Keiko Fujimori em 2015/2016 a implantar uma estratégia com a qual se tenta conquistar o voto do centro”

Com estes dados, o analista do jornal La República, Augusto Álvarez Rodrich, conclui que "Keiko Fujimori tem o avanço para o segundo turno praticamente assegurado, restando a incerteza sobre quem será o seu concorrente nesta fase decisiva da corrida eleitoral, que é onde esta pesquisa do GFK proporciona importantes revelações, que podem ser resumidas da seguinte maneira: enquanto Alejandro Toledo (3%) está perdendo impulso, Pedro Pablo Kuczynski (9%), César Acuña (7%) e Alan García (6%) estão bastante atarefados na luta pelo segundo posto. Tão atarefados que tudo pode acontecer nos quase cinco meses que faltam para o primeiro turno".

Os próximos meses vão ser decisivos para o fujimorismo: vão obrigar Keiko Fujimori a expor-se mais, tornando-o alvo das críticas dos anti-fujimoristas, podendo ao mesmo tempo surgir certas tensões internas entre a parte conservadora do fujimorismo e as novas gerações que rodeiam Keiko Fujimori. Da mão da sua líder, o fujimorismo aspira a regressar ao poder, tentando quebrar o seu enclausuramento tradicional como partido de direita dura, lançando-se para tal à conquista do espaço do centro sem abandonar suas raízes populares –e populistas– assim como os seus eleitores tradicionais visando às presidenciais de 2016.

Keiko é consciente de que, desde que seu pai caiu em 2000, o fujimorismo tem mantido o apoio de uma percentagem de eleitores muito fiéis, de cerca de 30% de todos os cidadãos. Dito apoio tem representado simultaneamente seu solo e seu teto. Em 2011, serviu-lhe para ir ao segundo turno embora não tenha sido o suficiente para conseguir impor o empate a Ollanta Humala, pois o fujimorismo continuava a despertar anticorpos em amplos setores entre os cidadãos que ainda têm muito presente o autoritarismo e a corrupção dos tempos de Alberto Fujimori. "O grande erro da candidata em 2011 foi não se ter distanciado do pai e, quando quis fazê-lo entre o primeiro e o segundo turno, já era demasiado tarde e, quando finalmente tomou a iniciativa de fazê-lo, fê-lo de uma maneira muito fraca, que não chegou a convencer ninguém. Agora já não está à espera de janeiro ou fevereiro, momento em que a campanha é bastante mais intensa, tendo começado imediatamente a marcar distância", assinala o analista Luis Benavente.

Esta situação é a que levou Keiko Fujimori em 2015/2016 a implantar uma estratégia com a qual se tenta conquistar o voto do centro, sem perder o apoio recebido de forma natural da direita mais tradicional. Keiko parte com um forte apoio à sua figura, na medida em que as pesquisas

“O cenário peruano é sempre um território propício para as surpresas e para que surjam figuras políticas emergentes”

a situam há vários anos como a líder mais valorizada. Uma dessas últimas pesquisas, da GFK, assinala que a intenção de voto nas eleições presidenciais de 2016 é encabeçada pela líder da 'Força Popular, com 34%. Portanto, esse voto duro, que tanto anseia pelos velhos tempos do fujimorismo e pela mão dura, não a abandonará. Precisa se aproximar paralelamente a outro tipo de eleitor que lhe permita rondar 50% e assim ganhar no primeiro turno, evitando uma frente antifujimorista no empate.

Sendo precisamente neste contexto que se enquadra sua mudança de discurso e a aproximação a alguns setores políticos do centro. Essa mudança de estratégia foi concretizada em várias ações: primeiro, num discurso em Harvard, para o qual foi convidada no mês de outubro e onde foi bastante crítica com o governo de seu pai; em segundo lugar levou a cabo uma limpeza dentro do fujimorismo e algumas das figuras do regime dos anos 90 desapareceram como candidatos a deputado; e finalmente não hesitou em apoiar reivindicações populares ligadas teoricamente à esquerda, como defender que o setor público, Petroperu, assuma algumas explorações petrolíferas, tais como a gestão do Lote 192.

Definitivamente, como assinala o politólogo Steven Levitsky, “Keiko Fujimori começou a caminhar em direção ao

centro. Sabe que perdeu em 2011 porque Humala captou o centro e ela não. Por isso, é provável que Keiko continue a moderar-se. Seus reposicionamentos e novas alianças vão gerar muito debate, como ocorreu com Humala em 2011. Vai funcionar? Ninguém sabe. A moderação corre riscos: gera conflitos internos (até com seu pai) e pode provocar a saída de alguns dos fujimoristas históricos. Não sabemos ainda em que medida isto afetará sua base eleitoral”.

Além deste favoritismo de Keiko Fujimori, o Peru mantém há anos uma série de constantes eleitorais, algumas das quais podem reaparecer nas eleições de 2016. Duas em concreto:

Em primeiro lugar, desde 2001 ganha sempre o partido que foi derrotado nas eleições anteriores. Em 2001 Alejandro Toledo impôs-se a Alan García no segundo turno, quem, cinco anos depois, em 2006, derrotou Ollanta Humala no empate. Este, por sua vez, foi o vencedor no duelo eleitoral com Keiko Fujimori, que agora parte como favorita em 2016.

Em vários comparecimentos às urnas surgiu com força um candidato outsider. O cenário peruano é sempre um território propício para as surpresas e para que surjam figuras políticas emergentes. Primeiro porque já é uma tradição histórica. Como apontava havia alguns anos

“Em 2016, quem desponta como outsider emergente e surpresa nestas eleições é César Acuña”

o analista político Fernando Tuesta “há três décadas que no Peru as eleições apresentam surpresas... Tornou-se costume esperar por elas... Estamos diante de um país que é berço e desenvolvimento dos outsiders”. O país andino recuperou a democracia em 1980 apoiado num sistema de partidos sustentado no APRA, que nos anos 80 contava com uma nova liderança, a de Alan García, e Ação Popular, de Fernando Belaunde Terry. Ambas as formações governaram nos anos 80: AP com Belaunde entre 1980 e 1985 e o APRA com Alan García entre 1985 e 1990. O fracasso de duas gestões explica, parcialmente, a crise do sistema de partidos que é ainda hoje em dia experimentada pelo Peru, que propiciou a ascensão de figuras como Alberto Fujimori nos anos 90 ou Ollanta Humala em 2011.

Com AP e o APRA muito desprestigiados pela falta de habilidade para conduzir o país, o terreno ficou livre para outras experiências, e em 1990 lutaram frente a frente dois outsiders. Um, Mario Vargas Llosa, apoiado pelos partidos tradicionais do centro-direita –AP e PPC– quem posteriormente explicou sua experiência desta forma: “Sempre digo que foi uma experiência excepcional. Foi candidato num momento muito difícil do Peru. Não sou um político”. Em oposição ao

escritor surgiu Alberto Fujimori, encabeçando um partido de formação mais recente, Mudança 90, que arvorava um lema que chegava bem aos setores populares: “Honradez, tecnologia e trabalho”. No final, o desconhecido Fujimori passou o segundo turno superando o candidato aprista e impôs-se nesse segundo turno ao prestigioso escritor por ter atraído os votos dos rivais da direita, da esquerda e dos apristas.

A queda do regime de Fujimori em 2000 permitiu o retorno do sistema democrático e dos partidos. Mas nas primeiras eleições, as de 2001, emergiu um novo outsider: Alejandro Toledo, líder das mobilizações antifujimoristas entre 1999 e 2000, embora alheio aos partidos tradicionais, quem alcançou a presidência com um partido de criação recente, Peru Possível.

Em 2006, o novo outsider tinha características diferentes: Ollanta Humala era um líder contra o sistema que, denunciando o modelo econômico e a classe política, conseguiu vencer o primeiro turno das eleições.

Como apontou o politólogo Martín Tanaka, Humala canalizou o voto de protesto e descontentamento: “O discurso contra o sistema e a imagem de autoridade projetada pelo capitão reformado Ollanta Humala atraiu um amplo apoio eleitoral, cuja distribuição geográfica evidenciou algumas das divisões sociais que o país estava

atravessando. O outsider Humala alcançou o maior número de votos nas regiões do sul andino, nas zonas mais empobrecidas e abandonadas e nas localidades com presença de grupos étnicos minoritários. García ganhou na cidade de Lima e nas cidades mais modernas e integradas aos circuitos econômicos mais dinâmicos, localizadas na costa”.

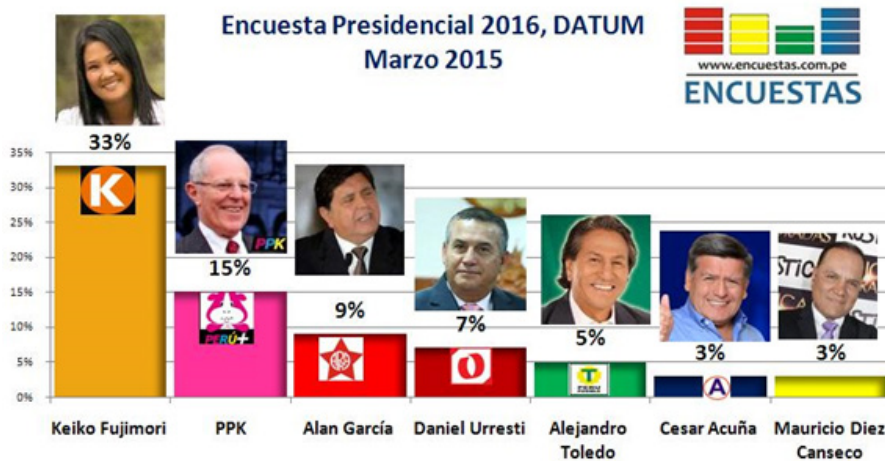
Em 2016, quem desponta como outsider emergente e surpresa nestas eleições é César Acuña.

No meio de um cenário congelado –Keiko como grande favorita embora ancorada no 30/35%, seguida por Pedro Pablo Kuczynski, que não conseguia subir– surgiu uma figura que pode alterar esse mapa eleitoral. Trata-se de César Acuña, líder da Aliança para o Progresso, quem ascendeu do sexto lugar que lhe tinha sido atribuído pelas pesquisas no início de 2015... ao terceiro lugar após conseguir superar Alan García. Figuras 4 e 5.

Esta ascensão política de Acuña começou na década passada quando aconteceu a nível local.

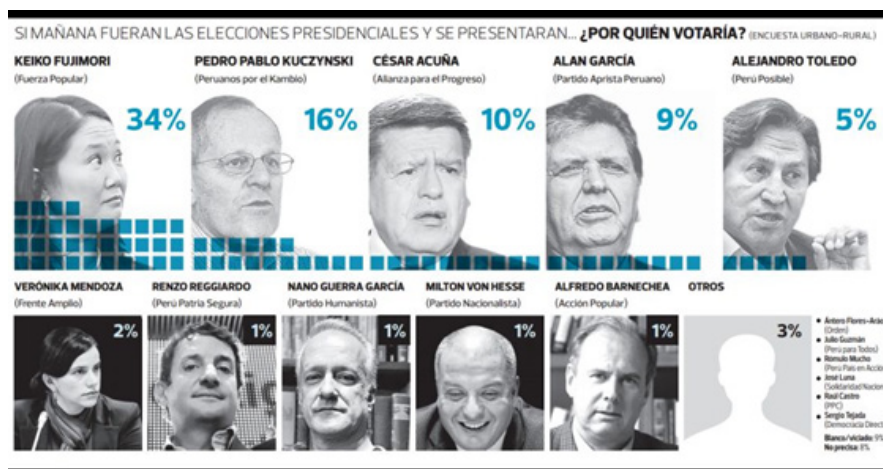
Primeiro construiu um império empresarial que lhe serviu de base para dar o salto à política: fundou a Universidade César Vallejo (UCV), que lhe outorga recursos e uma estrutura de alcance nacional que vai além do local. E depois saltou para a política nacional. Em 2006, César Acuña arrebatou o município de Trujillo pela primeira vez ao APRA, quando derrotou nas eleições Moisés Arias Quezada. Depois, César Acuña chegou à presidência do Governo Regional de La Libertad nas eleições de outubro de 2014. Derrotou José Murgia Zannier, ex-ministro de Transportes e Comunicações de Alan García, presidente da câmara municipal de Trujillo durante mais de 15 anos. E desde 2015 que tenta alcançar a presidência.

Figura 4. Pesquisa presidencial de março de 2016 para as eleições no Peru 2016



Fonte: Encuestasperú.com

Figura 5. Pesquisa de eleições presidenciais no Peru 2016



Fonte: foros Perú

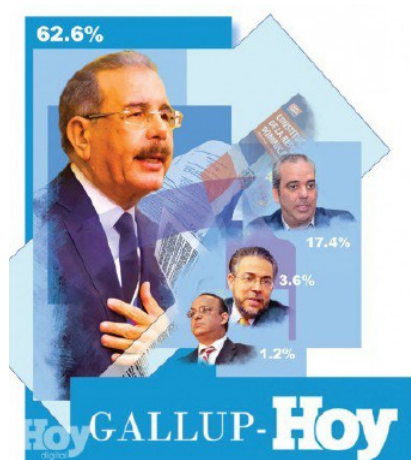
“Danilo Medina, aspira a conseguir ser reeleito, sendo o grande favorito para alcançar esta meta por possuir uma grande popularidade”

O principal problema de Acuña é que caem sobre ele algumas sombras. Atualmente, enfrenta dois pedidos de prisão de seis e três anos por parte da procuradoria de Trujillo. Um é pelo suposto delito de peculato –utilização abusiva ou apropriação inadequada de fundos públicos– e o outro por indução ao voto. “Não sei se Toledo e Acuña, que nas pesquisas oscilam entre 7% e 11%, podem voltar a estruturar o centro. O segundo é por enquanto um Toledo com rosto humano devido ao baixo nível de rejeição suscitado e graças a um menor questionamento pessoal. No entanto, a campanha eleitoral é longa, má e maléfica. Acuña terá que se expor mais, absorver as denúncias sérias que já começaram a chegar e responder às perguntas de fundo sobre economia, salários, corrupção e segurança. Será interessante, por exemplo, vê-lo explicar em que medida a qualidade do seu modelo educacional será diferente da exibida pelas universidades de sua propriedade”, aponta o analista Juan de la Puente.

idade e ter conseguido construir à sua volta uma ampla coligação que o apoia: Medina foi proclamado candidato presidencial pelo seu próprio partido, o PLD, e, além disso, pelo Partido dos Trabalhadores Dominicanos (PTD), o Popular Cristiano (PPC) e o de Ação Liberal (PAL). Além disso, no passado dia 7 de setembro o PLD e o Partido Revolucionário Dominicano (PRD), as duas grandes forças historicamente antagônicas, assinaram uma aliança eleitoral. Sob o nome “Governo Compartilhado de Unidade Nacional”, o presidente do PRD, Miguel Vargas, comprometeu-se a apoiar Medina e a fazer cumprir os acordos programáticos celebrados por ambas as organizações.

As pesquisas ratificam o favoritismo de Danilo Medina em relação a seus principais rivais. A empresa responsável pela realização das pesquisas, CIES INTERNATIONAL, mostrava a finais de 2015 que, se as eleições tivessem sido realizadas nesse preciso momento, o presidente Danilo Medina poderia obter 45% dos votos, contra 33% que o candidato do Partido Revolucionário Moderno, Luis Abinader, poderia conseguir. Já o candidato da Força Nacional Progressista, Pelegrín Castillo, e Guillermo Moreno, da Aliança País, rondam uma percentagem de 7%. Esse é só um exemplo da grande vantagem com a qual parte Medina, declarada por sete pesquisas como claro favorito. Essas sete pesquisas –cinco

Figura 6. Intenção de voto para Danilo Medina



Fonte: Diário Hoy

ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NA REPÚBLICA DOMINICANA (MAIO)

A República Dominicana celebra eleições presidenciais no dia 15 de maio de 2016.

O atual presidente, Danilo Medina, aspira a conseguir ser reeleito, sendo o grande favorito para alcançar esta meta por possuir uma grande popular-

“Se Medina triunfasse (Medina), governaria o país oito anos seguidos (2012-2018), uma vez que chegou ao cargo em 2012”

delas internacionais– projetam uma vitória acachapante de Medina, com mais de 30 pontos percentuais em relação a Luis Abinader.

O favoritismo de Medina é inquestionável e, apesar de ter baixado na intenção de voto desde setembro, quando deu início à pré-campanha eleitoral, seus números continuam a ser muito sólidos e não foram afetados pelos dois casos de corrupção que foram salpicando sua administração. A razão da presente situação é tríplice:

- A estabilidade política que o país atravessa desde que a hegemonia do PLD se consolidou em 2004, com Leonel Fernández como líder nesse momento.
- A forte liderança de Medina apoiado numa estrutura, na sua maioria clientelista, em mãos de seu círculo mais íntimo e do PLD.
- A conjuntura econômica favorável que torna a República Dominicana em líder em crescimento econômico da América Latina e do Caribe em 2015, com uma expansão de 6,6% no PIB, após crescer a 7,3% em 2014.

Se Medina triunfasse, governaria o país oito anos seguidos (2012-2018), uma vez que chegou ao cargo em 2012, e confirmaria o final da hegemonia de Leonel Fernández, correligionário porém rival na liderança, quem foi presidente de 1996 a

2012, com exceção do período 2000-2004. Em 2015, Medina conseguiu impor-se numa luta interior do partido a Leonel Fernández, que aspirava regressar à presidência.

As pesquisas mostram que o oponente mais destacado é o candidato presidencial do Partido Revolucionário Moderno (PRM), Luis Abinader, também apoiado pela Frente Ampla e pelo Dominicanos pela Mudança (DxC). O grande mérito de Abinader é ter conseguido construir uma alternativa nova –isso sim, um partido que gira exclusivamente ao redor dele – e ter superado as forças tradicionais –especialmente o PRD– como principal referente oponente e rival do PLD. Além disso, Abinader tem a seu favor alguns pontos fracos que preocupam a candidatura do oficialismo:

Em primeiro lugar, a divisão entre danilistas e leonelistas.

Leonel Fernández aspirava a regressar à presidência em 2016, visto que a constituição impedia a reeleição de Medina. No entanto, o atual presidente obteve apoio suficiente para reformar a Carta Magna, possibilitar a reeleição e ganhar de Leonel na candidatura no interior do partido. Isto deu origem a fortes divisões no PLD. Já existem rumores de que os leonelistas estão apoiando candidatos concorrentes de Medina e inclusive a Fundación Global Democracia y Desarrollo ou Fundação Global Democracia e Desenvolvimento

“A corrupção, a insegurança e o aumento dos preços são três fatores de alta incidência social entre os setores médios e populares”

(FUNGLODE) –leonelista– disse que o candidato presidencial do Partido Revolucionário Moderno (PRM), Luis Abinader, será o político mais influente no ano 2016, superando figuras como o mandatário Danilo Medina ou o ex-governante Leonel Fernández. De acordo com as consultas aplicadas pelo Observatório Político Dominicano (OPD), entidade adscrita à FUNGLODE, Abinader ocupa o primeiro lugar com 90,91%, seguido de Medina com 81,82%, Guillermo Moreno –candidato presidencial da Aliança País–, com 45,45%; e em quarto lugar, dentro do grupo de líderes que não serão candidatos à presidência, está Fernández com 36%.

E em segundo lugar, a candidatura de Danilo Medina pode ser afetada pelo aumento da insegurança entre os cidadãos, pelos casos de corrupção que foram salpicando sua gestão e pelo encarecimento progressivo dos produtos básicos da cesta básica, como o frango. A corrupção, a insegurança e o aumento dos preços são três fatores de alta incidência social entre os setores médios e populares.

ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NA NICARÁGUA (NOVEMBRO)

O ano de eleições presidenciais será encerrado na Nicarágua, no dia 6 de novembro para a América Latina. O país centro-americano elegerá presidente, vice-presidente, 90 deputados nacionais e 20 representantes para o parlamento centro-amer-

icano.

Apesar de a Frente Sandinista (FSLN) não o ter designado como candidato, o atual presidente Daniel Ortega aparece como o aspirante mais forte do oficialismo, com 54% de apoio em conformidade com a pesquisa da CID Gallup. Ao contrário da sua época anterior como presidente, nos anos 80 –Ortega encabeçou o governo de 1979 a 1985 como membro da Junta de Reconstrução Nacional, após a queda da ditadura de Anastasio Somoza e posteriormente como presidente, desde 1985 a 1990, quando perdeu as eleições perante Violeta de Chamorro–, neste novo período (2007-2016) não só conseguiu dar estabilidade a seu mandato, como também conseguiu obter um amplo consenso social ao redor de sua figura. São várias as razões que explicam esta situação:

- **Bonança econômica:** A gestão econômica foi ortodoxa –não como nos anos 80– e a bonança econômica acompanhou sua gestão desenvolvida em plena Década Dourada latino-americana. Isto permitiu que o regime de Ortega arvorasse uma cifra, a de ter reduzido a pobreza de 45% a 29%. Isto se deveu à boa conjuntura econômica que atravessou o país, como o resto da região: um contexto econômico favorável, uma direção macroeconômica prudente, o apoio da Venezuela, a chegada do investimento chinês em

“O líder Sandinista foi eleito em 2006 para um mandato de cinco anos, que renovou em 2011 graças a ter obtido a eliminação de uma norma constitucional que o impedia de ser reeleito de forma contínua”

forma de Canal Interoceânico e um aparato partidário e clientelista bem untado e manejado com mão de ferro pelo próprio Daniel Ortega e por sua esposa e número dois do regime (Rosario Murillo) explicam as razões da sua hegemonia política. Se for reeleito, será presidente até 2021 convertendo-se assim no governante com mais anos no poder desde 1979, quando Anastasio Somoza, último membro da dinastia somozista que governou o país durante 45 anos, foi derrotado.

Como Arturo J. Cruz Sequeira, ex-embaixador da Nicarágua nos Estados Unidos, analisava em 2011, as características do regime de Ortega em 2011 tornam possível qualificá-la de “populismo responsável”: “É populismo responsável, pois Ortega utilizou os recursos da Venezuela para apaziguar as múltiplas necessidades imediatas do país. Ao mesmo tempo, com seu orçamento formal manejou a economia com muita responsabilidade, dentro do programa do FMI”. E concluía sublinhando que o governo de Ortega conseguiu “um equilíbrio entre a satisfação das necessidades imediatas das pessoas sem perder o futuro macroeconômico. Reconciliou o FMI com Chávez. Temos o melhor dos dois mundos... A Nicarágua recebe dólares de Chávez, tem uma retórica muito

chavista, mas sua política econômica aderiu ao consenso de Washington”.

- **Controle Institucional:**

Outra das razões que explicam a consolidação de Ortega é seu controle sobre as instituições. O líder Sandinista foi eleito em 2006 para um mandato de cinco anos, que renovou em 2011 graças a ter obtido a eliminação de uma norma constitucional que o impedia de ser reeleito de forma contínua. A última modificação constitucional, a de 2014, não só estipula a reeleição indefinida, como também facilita sua permanência no poder na medida, uma vez que o triunfo nas eleições será obtido pelo candidato que conseguir mais votos e não por quem obtiver 35% dos sufrágios, eliminando-se ainda o segundo turno eleitoral.

Desde que deixou o poder em 1990 e aproveitando-se dos pontos fracos dos governos como o de Arnoldo Alemán ou Enrique Bolaños, Ortega foi aprofundando seu controle sobre as instituições nicaraguenses, cujo auge máximo foi atingido atualmente. Como afirma o acadêmico Salvador Martí, da Universidade de Salamanca, “o FSLN tem muitas vantagens... Tais como: a Frente possui uma máquina partidária forte, o apoio por parte dos meios de comunicação –especialmente rádio e TV–, o beneplácito

“O poderio de Daniel Ortega é, portanto, intimidador”

dos setores empresariais, bastante dinheiro do ALBA para a campanha, um único e incontestado candidato (Daniel Ortega), o controle da Corte Suprema de Justiça e do Conselho Supremo Eleitoral, assim como o apoio de setores sociais organizados que usufruíram das políticas sociais focalizadas”.

O poderio de Daniel Ortega é, portanto, intimidador. Tem nas mãos o poder executivo e a Assembleia Legislativa da Nicarágua através da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), que conta com maioria absoluta. O FSLN reuniu 60,93% dos sufrágios para deputados nacionais e 60,75% para deputados estaduais. O sandinismo controla ainda o poder judicial. Controlou primeiro desde 2000 pactuando a distribuição de cargos com o Partido Liberal de Arnoldo Alemán e nos últimos anos sem necessidade de ditos acordos, como evidenciou o polêmico erro da Corte Suprema em 2010, mediante o qual, o presidente Daniel Ortega pôde apresentar-se à reeleição, apesar de a Constituição proibir as reeleições consecutivas. Além disso, influi no Conselho Supremo Eleitoral, como recordava o analista Carlos Salinas Maldonado no jornal *Confidencial*: “Os magistrados de fato do CSE, que se mantêm no cargo ao abrigo do decreto 3-2010 emitido por Ortega –e que de fato foi a primeira porca da engrenagem que garantiu

a reeleição fraudulenta–, declararam vencedor ao cabecilha da Frente Sandinista com 62,4% dos votos”.

Ele não só controla as Forças Armadas e o Exército, como também possui o poder judicial nas mãos, tendo ainda formado alianças importantes com setores empresariais que valorizam sua ortodoxia e a estabilidade alcançada pelo país. Três nomes próprios destacam-se entre esses aliados de Ortega: o empresário mexicano Ángel González, magnata da comunicação; José Adán Aguerri, presidente do Conselho Superior da Empresa Privada (Cosep); e o empresário chinês Wang Jing, multimilionário que está por trás do megaprojeto de construção de um Canal Interoceânico na Nicarágua. Um oponente como Carlos Langrand define assim a presidência de Daniel Ortega: “Ortega não é o tripé: Cosep, governo e sindicatos. Penso que Ortega é um polvo sentado em cima de vários braços: exército, polícia, um setor empresarial que não questiona a institucionalidade como a transparência nas políticas macroeconômicas”.

A recente transferência do canal 2 da televisão para o empresário mexicano Ángel González tornou-se o último exemplo de como o presidente Daniel Ortega e o próprio González edificaram um

“O outro grande aliado é o empresário chinês Wang Jing, cujo projeto de Canal Interoceânico terminou por consolidar o presidente da Nicarágua no poder”

duopólio no país. O jornalista nicaraguense Carlos Fernando Chamorro chamou a atenção sobre este fato: “Na Nicarágua verificou-se uma demolição das instituições democráticas”, do Estado e da sociedade civil, com a criação de um duopólio sob a família presidencial de Ortega, “dona de quatro canais”, e o empresário e sócio do governante, o mexicano Ángel González, “dono de outros cinco”. O presidente do Conselho Superior da Empresa Privada (Cosep), José Adán Aguerrí, transformou-se em outro dos pilares do regime. O empresário destacou em várias ocasiões as “conquistas econômicas” alcançadas graças à aliança entre o governo da Nicarágua e o setor privado. O outro grande aliado é o empresário chinês Wang Jing, cujo projeto de Canal Interoceânico terminou por consolidar o presidente da Nicarágua no poder.

- **Antissandinismo dividido:** O auge do sandinismo e de seu líder, Daniel Ortega, decorreu paralelamente a uma oposição dividida, enfrentada e fragmentada. O fato de ir separados em 2006 fez com que os setores antissandinistas perdessem as eleições, uma vez que Ortega alcançou 38%, seguido do liberal dissidente Montealegre (28%) e do liberal alemanista José Rizo (27%), que juntos teriam superado o sandinismo. Em 2011 a reeleição deu-se não só por causa da divisão antissand-

inista, mas também por o projeto oponente não parecer muito crível: Ortega acumulou 62% dos votos contra 32% de Fabio Gadea (PLI) e 5 % de Arnaldo Alemán.

Depois do ocorrido na Venezuela, no dia 6 de dezembro de 2015, onde a oposição unida ganhou as eleições legislativas do chavismo em 2015, o antissandinismo parece que seguiu o exemplo e aprendeu a lição. “A esperança é a última coisa que devemos perder e devemos aprender do exemplo venezuelano, da Argentina, da oposição unida, sem ego e sem repressões”, assinalou o deputado do partido principal da oposição, Alberto Lacayo. E esse caminho, que não é nada fácil, já começou: a dissidência sandinista da Nicarágua somou-se à emergente Coligação Nacional pela Democracia, encabeçada pelo Partido Liberal Independente (PLI), de oposição. O Movimento Renovador Sandinista (MRS, centro-esquerda) liderado por Ana Vigil, uniu-se a esta aliança com o PLI, encabeçado pelo deputado Eduardo Montealegre. Além disso, o liberalismo procura a reunificação e é essa a trajetória aberta por Eduardo Montealegre, presidente do Partido Liberal Independente (PLI), e por Noel Vidaurre, candidato a presidente pelo Partido Liberal Constitucionalista (PLC), os quais mantêm conversações para apresentar uma frente unida. O exemplo guatemalteco –grandes

“Foram celebradas mais de 35 marchas para exigir “eleições livres e transparentes”

mobilizações cidadãs— também influenciou na Nicarágua, tendo ainda reforçado o papel da oposição. Foram celebradas mais de 35 marchas para exigir “eleições livres e transparentes”, protestos que a oposição realiza todas as quartas-feiras em frente do Conselho Supremo Eleitoral (CSE).

CONSULTA NA BOLÍVIA (FEVEREIRO)

A Bolívia, contrariamente ao Peru, República Dominicana ou Nicarágua, não terá eleições presidenciais em 2016, mas passará por um referendo que na realidade se transformou num plebiscito sobre a figura e gestão de Evo Morales e de seu regime. O presidente boliviano pretende que em fevereiro uma consulta ratifique a reforma constitucional que lhe permitirá ser considerado elegível pela quarta vez consecutiva nas eleições previstas para 2019. Morales ganhou as eleições de 2005, tendo sido reeleito em 2009 e novamente reeleito em 2014. A constituição redigida durante o seu mandato, em 2009, não lhe permite uma nova reeleição, razão pela qual impulsionou este referendo com o qual os bolivianos deverão decidir se aceitam ou se recusam a mudar um parágrafo da constituição para permitir que Morales e seu vice-presidente, Álvaro García Linera, possam ser considerados elegíveis outra vez em 2019.

O resultado, seja ele qual for, vai marcar a agenda política além de 2016, marcando-a até a eleição presidencial de 2019, uma vez que não é a mesma coisa um encontro com Evo como candidato que sem ele. Tampouco é o mesmo para o oficialismo, que deveria procurar um novo candidato se ganhar o “Não”, nem para a oposição representa o mesmo enfrentar quem lhes ganhou todos os encontros desde 2005 e não tê-lo à frente. Inclusive ganhando o “Sim”, não é indiferente que o faça amplamente, ao redor de 65/70%, que ser um triunfo muito acirrado, o que indicaria certo desgaste do regime evista. Para a socióloga María Teresa Zegada, o referendo de fevereiro já “contaminou” o cenário eleitoral porque possui um caráter plebiscitário relativamente à gestão do governo de Evo Morales e Álvaro García: “O referendo contaminou prematuramente o cenário eleitoral, porque apesar de estarmos votando numa reforma da constituição, sem dúvida, no cenário está a reeleição de Evo Morales”; a prova disso está —afirma— em que toda a implementação da campanha que se está levando a cabo, tanto do lado do oficialismo como do lado da oposição, “gira em torno da gestão de Evo Morales, das ofertas que está fazendo e das coisas positivas de sua gestão; então, é impossível separar as duas coisas”.

Após uma queda no poder, pela primeira vez as pesquisas não são favoráveis para o atual

“O regime optou por aumentar o grau de polarização e por manejar uma mensagem que aspira a chegar melhor aos setores populares”

presidente: o “Sim” à reforma conseguiria 40% de apoio contra 54% dos que rejeitam tal reforma constitucional a favor de uma candidatura presidencial. 6% dos entrevistados estavam indecisos. Esta situação muito polarizada reforça a ideia de que o referendo se transformou num plebiscito a favor ou contra Morales e sua gestão.

O regime optou por aumentar o grau de polarização e por manejar uma mensagem que aspira a chegar melhor aos setores populares. A polarização evista pode ser percebida nas mensagens que tentam dividir o campo de jogo em duas zonas antagonistas e procurar um inimigo comum (EUA). “Na política só há esquerda ou direita, na política só existe a opção de estar com o povo ou estar com o império”, afirmou o mandatário. Mas acima de tudo, o que predomina realmente é

o discurso do medo, do medo à mudança. O vice-presidente Álvaro García, num ato de entrega de casas populares, também lançou esse tipo de mensagens apocalípticas em várias ocasiões se triunfar a “direita”: “O dia em que a direita voltar, Deus salve a Bolívia. Protejam o pouco que há. Até o ar vão querer privatizar. Vão querer tirar suas casas, vão querer tirar seus subsídios; o gás, o petróleo e o lítio vão querer entregar tudo aos estrangeiros. Vão congelar e reduzir o dinheiro do seu município. A direita, os neoliberais, os traidores da pátria só pensam em si, não pensam nos pobres, pensam numas quantas famílias”.

A oposição nunca esteve tão perto da possibilidade de derrotar Evo Morales nas urnas. Pensa que encontrou o ponto fraco da estratégia de Evo Morales e aspira a tornar o encontro de 21 de fevereiro uma armadilha que sele o final da hegemonia do atual presidente. A oposição também tenta fazer com que sua mensagem chegue através das críticas ao governo e da utilização de símbolos populares. As críticas atacam alguns dos pontos fracos do governo, especialmente a corrupção. Já há mais de 200 pessoas processadas e várias detidas no caso da alegada corrupção do já desaparecido Fundo Indígena. A Procuradoria Geral do Estado investiga o destino de 6,8 milhões de dólares correspondentes a 49 projetos do Fundo Indígena,

Figura 7. Acordo e desacordo para mudar a constituição boliviana



Fonte: Eju Tv

“Por enquanto, Evo Morales está atrás nas pesquisas”

que financiava até 2015 ações de desenvolvimento em zonas de camponeses e parte de cujos recursos tinham sido transferidos para contas de particulares. Entre os detidos, está Julia Ramos, ex-ministra da Justiça e do Desenvolvimento Rural, assim como Remy Vera e Melva Hurtado, dirigentes sindicais afins ao MAS.

A analista Erika Brockmann assinala no jornal *Página Siete* que a corrupção e o estilo hegemônico de Morales e do seu partido, o MAS, estão por trás de tais pesquisas desfavoráveis para o presidente: “A leve diminuição de apoio ao “Sim” chama a atenção por se tratar de uma aposta mediante a qual o governo decidiu apostar tudo. Tudo indica que a campanha propagandística milionária, implementada pelo sólido aparato institucional e midiático estatal, está entrando numa etapa de rendimentos decrescentes. Diminui a capacidade de sedução, especialmente em segmentos dos eleitores com um nível de instrução médio-alto e da classe média. Tanta informação e propaganda enlatada satura e provoca indigestão. Por outro lado, o dano político e moral provocado pelo caso do Fondioc não chegou ao fim. Desbordou a capacidade de controle do governo. Hoje em dia, em seu afã por mitigar os danos, deu luz verde a medidas punitivas para os quadros políticos de maior hierarquia embora

politicamente “descartáveis”. Apesar do custo político elevado que tudo isto representa para a sua vanguarda indígena originalmente rural, compromete-se a preservar dessa maré contaminante o binômio Morales-García Linera, habitualmente imunes de todas as ameaças terrenais e mundanas”.

Por enquanto, Evo Morales está atrás nas pesquisas. Pode acabar derrotado ou pode ser que consiga voltar para o páreo e consiga a reforma constitucional que lhe permitirá apresentar-se à reeleição de 2019. A única certeza é que sairá deste processo mais desgastado politicamente. Uma debilidade que se une à arrastada pelo regime devido aos escândalos de corrupção e desaceleração econômica. De fato, outro dos pontos fracos do governo está precisamente na situação econômica do país: em apenas um ano, os preços do gás natural que o país exporta para a Argentina e Brasil caíram entre 47,5% e 34,5%. O gás era o que explicava a bonança atravessada pela Bolívia. Explicava, entre outras coisas, a estabilidade do governo de Evo Morales desde 2009, as melhorias sociais que o regime evista pôde introduzir assim como a situação econômica confortável do país. O gás é o produto principal de exportação –Brasil e Argentina, seus mercados principais– e a maioria dos benefícios são recebidos pelo Estado boliviano,

“As eleições venezuelanas são as mais excepcionais neste novo ano de 2016 porque estarão condicionadas pelo decurso de uma economia em recessão”

produto da nacionalização dos hidrocarbonetos de 2006 levada a cabo em pleno auge exportador e de aumento dos preços internacionais.

O economista boliviano Armando Méndez Morales explica que “a nacionalização dos hidrocarbonetos de maio de 2006 determina que todas as empresas petrolíferas que operam na Bolívia devem entregar sua produção à YPF para que esta se encarregue de sua comercialização. Ademais, dispõe que todos os campos relacionados com hidrocarbonetos, cuja produção seja superior a 100 milhões de pés cúbicos diários (grandes), devem contribuir com 32% de suas receitas, além de 50% existentes antes da nacionalização, o que soma um total de 82%. Resumindo, a participação do Estado seria de 50% da receita petrolífera nos campos pequenos –que têm pouca importância no total da produção– e de 82% nos grandes”.

O resultado foi que, em 2005, antes de o Estado tomar o controle dos hidrocarbonetos, o país recebia a título de regalías 600 milhões de dólares, montante que superou 6 bilhões de dólares em 2014. Assim, a nova conjuntura econômica, que ainda é manejável para o regime, com certeza complicará posteriormente a gestão de Evo Morales, prejudicando sua popularidade por ele dispor de menos recursos para sustentar suas políticas sociais e os investimentos públicos em infraestruturas.

ELEIÇÕES LOCAIS NO MÉXICO, BRASIL, VENEZUELA E CHILE

Além das três eleições presidenciais e da consulta na Bolívia também serão celebradas eleições locais em outros quatro países: México, Brasil, Venezuela e Chile. As eleições venezuelanas são as mais excepcionais neste novo ano de 2016 porque estarão condicionadas pelo decurso de uma economia em recessão – prevemos uma queda de 7% do PIB e uma inflação de mais de 200%–assim como uma situação política em plena crise institucional e luta de poderes –executivo chavista VS legislativo antichavista–. Os demais encontros estarão imersos em maior normalidade político-institucional:

Eleições locais no México

O México viverá três anos políticos (2016-2018) decisivos nos quais serão celebradas eleições locais (2016), uma pré-campanha prevista como muito dura (2017) e um ano eminentemente eleitoral (2018). A gestão do novo presidente começará no final deste último ano. Por isso, há alguns meses as estratégias dos partidos principais começam a ser postas em jogo para enfrentar as eleições presidenciais de 2018 sem esquecer a grande importância daquilo que ocorrerá em 2016 e 2017, anos vitais para ver como ficam os partidos e os pré-candidatos que pretendem chegar ao Palacio de los Pinos em 2018.

“2016 e 2017, anos vitais para ver como ficam os partidos e os pré-candidatos que pretendem chegar ao Palacio de los Pinos em 2018”

Neste ano 2016 serão celebradas eleições em 12 dos seus 32 estados no dia 5 de junho, entre eles alguns tão importantes como Veracruz, Puebla e Oaxaca, onde está em jogo quem liderará cada uma das entidades e em concreto, o ponto forte de cada partido para enfrentar a pré-campanha de 2017 e a campanha de 2018. A chave para entender o que ocorrerá no México em 2016 é averiguar em que medida o PRI ficará debilitado ou fortalecido. O partido de Peña Nieto governa dez das doze entidades que elegerão governador, encabeçando as preferências na maioria, apesar de não ter nenhum triunfo garantido. Além disso, enfrenta a ameaça das alianças PAN-PRD e dos “independentes”.

Nesse sentido, Pascal Beltrán del Río, analista do jornal *Excelsior*, assinala que se “o Revolucionário Institucional ganhar nove dos 12 governos estaduais em jogo em 2016, o partido dará um passo sólido na tentativa de reter a Presidência da República em 2018. Por quê? Porque a estatística eleitoral mais recente demonstra que quando o PRI assume o governo, seu desempenho em eleições federais sobe, em média, três pontos percentuais”.

Por isso, o esquerdista PRD e o centro-direitista PAN decidiram ir unidos a alguns desses encontros –por exemplo

em Zacatecas e em Durango e continuar no poder em Puebla e Oaxaca– a fim de derrotar o priismo. Além disso, as eleições de 2016 serão muito importantes para valorizar a implantação de MORENA, o partido de Andrés Manuel López Obrador, no país e para saber se aparecem “brancos” novos. Para AMLO estas eleições são apenas um ensaio na sua tentativa de derrotar o PRD como referente principal da esquerda. No que diz respeito aos independentes, tudo aponta a que a dura legislação de cada estado impedirá que apareçam novos Jaimes Rodríguez Calderóns, pseudônimo “El Bronco”, atual governador de Nuevo León, que conquistou o cargo de governador como independente à margem dos partidos tradicionais.

As eleições de 2016 não desenharão o nome do partido ou candidato que ganhará as presidenciais em 2018 embora possam sim dar pistas e marcar certas tendências que podem acabar sendo decisivas. Será, definitivamente, um teste para as presidenciais de 2018, uma vez que, após as eleições deste ano, chegará um período de dois anos que será ao mesmo tempo pré-eleitoral, eleitoral e pós-eleitoral. Nesse período emergirão os pré-candidatos, e posteriormente candidatos, para as eleições pré-presidenciais de 2018.

“Os escândalos de corrupção e o desgaste do governo de Dilma Rousseff podem provocar uma forte perda de poder do PT, o partido do governo”

Eleições locais no Brasil

Os efeitos da crise política, econômica e institucional que o Brasil está atravessando desde 2013 terão uma constatação nas urnas em 2016 nas eleições locais que serão celebradas em outubro e que servirão para eleger os presidentes das câmaras municipais com um mandato de quatro anos em todos os municípios do Brasil. Os escândalos de corrupção e o desgaste do governo de Dilma Rousseff podem provocar uma forte perda de poder do PT, o partido do governo, especialmente nas grandes cidades: o PT controla 15 das 83 maiores câmaras municipais do Brasil –cidades com mais de 200 000 eleitores–. As outras grandes incógnitas consistem em saber se a oposição, especialmente o PSDB, vai conseguir aglutinar o voto anti-PT e se o poder local gozado até agora pelo PMDB será afetado e debilitado, principal apoio de Dilma Rousseff, apesar de agora estar dividido: uma de suas facções, liderada por Eduardo Cunha, impulsiona o impeachment contra a presidente, enfrentando simultaneamente escândalos de corrupção. A situação de São Paulo parece chave, pois a maioria das cidades grandes administradas pelo PT estão no estado mais povoado do Brasil: são oito no total, superiores a 200 000 eleitores, incluindo a capital, cujo presidente da câmara municipal é o ex-ministro da Educação Fernando Haddad. Em cinco

dessas oito, os presidentes das câmaras municipais poderão candidatar-se novamente à reeleição

Eleições locais no Chile

Em outubro serão realizadas as eleições municipais e as duas grandes coligações –a centro-esquerdista da Nova Maioria e a centro-direita de Vamos Chile– chegam em momentos similares de dúvidas internas e em plena transição.

O oficialismo vive imerso em fortes tensões entre a sua parte moderada –a Democracia Cristã e setores do Partido Socialista– e sua parte mais esquerdista –parte do PS, o Partido pela Democracia (PPD) e o Partido Radical Social-Democrata (PRSD) e o Partido Comunista–. Isto fará com que a Nova Maioria compita com, pelo menos, duas listas de vereadores. Uma delas será integrada pelo PS e pelo PDC e a outra pelo PPD, PRSD e PC. Além disso, haverá uma terceira lista da esquerda conformada pelos candidatos da IC e o MAS.

No que diz respeito à direita, seus partidos também estão em plena reelaboração de sua estratégia e de sua mensagem após a derrota de 2014 que os conduziu fora de La Moneda. A nova coligação de centro-direita, Chile Vamos, terá como desafios principais triunfar nas próximas eleições municipais para que esta vitória sirva como trampolim para posteriormente recuperar o governo.

**“Os oficialismos
vão encontrar
mais dificuldades
para manter suas
hegemonias devido a
seus longos períodos,
tal como ocorreu
na Argentina e na
Venezuela em 2015”**

4. CONCLUSÕES

A América Latina entrou em cheio numa etapa nova da sua história. Fê-lo do ponto de vista econômico com o final da Década Dourada (2003-2013) e o início de uma época de crescimento mais fraco e risco de cair em recessão se não forem levadas a cabo reformas econômicas mais profundas que transformem a região numa zona mais competitiva, produtiva e inovadora e não tão dependente da exportação de matérias-primas com pouco valor agregado. Economias diversificadas tanto em produtos de exportação como em mercados que apostem no investimento em capital humano –reformas educacionais– como em capital físico –infraestruturas–.

Também é um final de época do ponto de vista político porque esse mal-estar social e essas dificuldades econômicas têm tradução política. Os oficialismos vão encontrar mais dificuldades para manter suas hegemonias devido a seus longos períodos, tal como ocorreu na Argentina e na Venezuela em 2015. As vitórias nas urnas serão muito mais acirradas e competitivas, como aconteceu no Brasil e na Colômbia em 2014 ou na própria Argentina em 2015. Os governos viverão períodos de grandes dificuldades,

especialmente econômicas, fortes pressões sociais –as mobilizações na Guatemala em 2015 são um bom exemplo disso– e grande instabilidade política com executivos fracos e embates institucionais em algumas ocasiões –legislativo opositor contra executivo, como nos casos atuais da Venezuela e da Argentina–.

Com este cenário comum, cada país terá sua própria dinâmica e suas próprias características não sendo, portanto, muito apropriado falar de viradas homogêneas para a direita, apesar de esta tendência poder ser predominante a curto prazo. A situação política será muito heterogênea e volátil marcada pelo incremento da conflitividade social e uma governabilidade mais complexa que testará as instituições políticas. E se as reformas estruturais na procura de maior competitividade, produtividade e inovação são a tarefa pendente em matéria econômica, o fortalecimento institucional também é um ponto importante na área política para modernizar e adequar o sistema de partidos aos novos tempos e desenhar Estados mais eficazes e eficientes, não limitados pela corrupção e pelo clientelismo e capazes de canalizar e responder às exigências das novas classes médias que pedem melhores serviços públicos.

LLORENTE & CUENCA

DIREÇÃO CORPORATIVA

José Antonio Llorente
Sócio Fundador e Presidente
jalloriente@llorenteycuenca.com

Enrique González
Sócio e CFO
egonzalez@llorenteycuenca.com

Adolfo Corujo
Sócio e Diretor Geral Corporativo
de Talento, Organização e Inovação
acorujo@llorenteycuenca.com

Jorge Cachinero
Diretor Corporativo de Inovação
jcachinero@llorenteycuenca.com

DIREÇÃO ESPANHA E PORTUGAL

Arturo Pinedo
Sócio e Diretor Geral
apinedo@llorenteycuenca.com

Goyo Panadero
Sócio e Diretor Geral
gpanadero@llorenteycuenca.com

DIREÇÃO AMÉRICA LATINA

Alejandro Romero
Sócio e CEO América Latina
aromero@llorenteycuenca.com

Luisa García
Sócia e CEO Região Andina
lgarcia@llorenteycuenca.com

José Luis Di Girolamo
Sócio e CFO América Latina
jldgirolamo@llorenteycuenca.com

RECURSOS HUMANOS

Daniel Moreno
Gerente de RH
para Espanha e Portugal
dmoreno@llorenteycuenca.com

Marjorie Barrientos
Gerente de RH
para Região Andina
mbarrientos@llorenteycuenca.com

Karina Valencia
Gerente de RH
para América do Norte,
Centroamérica e Caraíbas
kvalencia@llorenteycuenca.com

Karina Sanches
Gerente de RH
para Cone Sul
ksanches@llorenteycuenca.com

Cink.

Sergio Cortés
Sócio, Fundador e Presidente
da Cink
scortes@cink.es

Calle Girona, 52 Bajos
08009 Barcelona
Tel. +34 93 348 84 28

ESPAÑA E PORTUGAL

Barcelona

María Cura
Sócia e Diretora Geral
mcura@llorenteycuenca.com

Muntaner, 240-242, 1º-1ª
08021 Barcelona
Tel. +34 93 217 22 17

Madrid

Joan Navarro
Sócio e Vice-presidente
de Assuntos Públicos
jnavarro@llorenteycuenca.com

Amalio Moratalla
Sócio e Diretor Sênior
amoratalla@llorenteycuenca.com

José María de Urquijo
Vice-presidente de área
Corporativa Financeira
jmurquijo@llorenteycuenca.com

José Isaías Rodríguez
Vice-presidente de Assuntos
Europeus
jirodriguez@llorenteycuenca.com

Lagasca, 88 - planta 3
28001 Madrid
Tel. +34 91 563 77 22

Ana Folgueira
Diretora Geral
de Impossible Tellers
ana@impossibletellers.com

Diego de León, 22, 3º izq
28006 Madrid
Tel. +34 91 438 42 95

Lisboa

Madalena Martins
Sócia
mmartins@llorenteycuenca.com

Tiago Vidal
Diretor geral
tvidal@llorenteycuenca.com

Carlos Ruiz
Diretor
cruiz@llorenteycuenca.com

Avenida da Liberdade nº225, 5º Esq.
1250-142 Lisboa
Tel. + 351 21 923 97 00

ESTADOS UNIDOS

Miami

Erich de la Fuente
Sócio e Diretor Geral
edelafuente@llorenteycuenca.com

600 Brickell Ave.
Suite 2020
Miami, FL 33131
Tel. +1 786 590 1000

MÉXICO, CENTROAMÉRICA E CARAÍBAS

México DF

Juan Rivera
Sócio e Diretor Geral
jrivera@llorenteycuenca.com

Av. Paseo de la Reforma 412, Piso 14,
Col. Juárez, Del. Cuauhtémoc
CP 06600, México D.F.
Tel. +52 55 5257 1084

Panamá

Javier Rosado
Sócio e Diretor Geral
jrosado@llorenteycuenca.com

Av. Samuel Lewis
Edificio Omega - piso 6
Tel. +507 206 5200

Santo Domingo

Iban Campo
Diretor Geral
icampo@llorenteycuenca.com

Av. Abraham Lincoln 1069
Torre Ejecutiva Sonora, planta 7
Tel. +1 809 6161975

REGIÃO ANDINA

Bogotá

María Esteve
Diretora geral
mesteve@llorenteycuenca.com

Carrera 14, # 94-44. Torre B – of. 501
Tel. +57 1 7438000

Lima

Luisa García
Socia y CEO Región Andina
lgarcia@llorenteycuenca.com

Av. Andrés Reyes 420, piso 7
San Isidro.
Tel. +51 1 2229491

Quito

Alejandra Rivas
Diretora geral
arivas@llorenteycuenca.com

Avda. 12 de Octubre N24-528 y
Cordero – Edificio World Trade
Center – Torre B - piso 11
Tel. +593 2 2565820

Santiago de Chile

Claudio Ramírez
Sócio e Gerente Geral
cramirez@llorenteycuenca.com

Magdalena 140, Oficina 1801.
Las Condes.
Tel. +56 22 207 32 00

AMÉRICA DO SUL

Buenos Aires

Pablo Abiad
Sócio e Diretor Geral
pabiad@llorenteycuenca.com

Enrique Morad
Presidente Conselheiro
para o Cone Sul
emorad@llorenteycuenca.com

Daniel Valli
Diretor Sênior de Desenvolvimento
de Negócios Cone Sul
dvalli@llorenteycuenca.com

Av. Corrientes 222, piso 8. C1043AAP
Tel. +54 11 5556 0700

Rio de Janeiro

Yeray Carretero
Diretor Executivo
ycarretero@llorenteycuenca.com

Rua da Assembleia, 10 - Sala 1801
RJ - 20011-000
Tel. +55 21 3797 6400

São Paulo

Marco Antonio Sabino
Sócio e Presidente Brasil
masabino@llorenteycuenca.com

Juan Carlos Gozzer
Diretor geral
jcgozzer@llorenteycuenca.com

Rua Oscar Freire, 379, Cj 111,
Cerqueira César SP - 01426-001
Tel. +55 11 3060 3390



d+i desenvolvendo ideias

LLORENTE & CUENCA

Desenvolvendo Ideias é o Departamento de Liderança através do Conhecimento da LLORENTE & CUENCA.

Porque estamos testemunhando um novo modelo macroeconômico e social. E a comunicação não fica atrás. Avança.

Desenvolvendo Ideias é uma combinação global de relacionamento e troca de conhecimentos que identifica, se concentra e transmite os novos paradigmas da comunicação a partir de uma posição independente.

Porque a realidade não é preta ou branca existe **Desenvolvendo Ideias** na LLORENTE & CUENCA

www.desarrollando-ideas.com

www.revista-uno.com.br